



**ENTRE BRAÇADAS E CONQUISTAS:
NATAÇÃO, INCLUSÃO E AUTONOMIA
NO TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NO PROJETO LEIA + ESPORTES**

**BETWEEN STROKES AND
ACHIEVEMENTS: SWIMMING,
INCLUSION, AND AUTONOMY IN
AUTISM SPECTRUM DISORDER IN THE
LEIA + SPORTS PROJECT**

José Rangel da Silva,
[rangelsilva14021987@gmail.com].
Antonio Carlos Monteiro Miranda,
[acmmiranda@uem.br].

Resumo: Este artigo relata e discute a experiência do projeto "Leia + Esportes Natação", desenvolvido entre 2023 e 2024 com estudantes dos quartos e quintos anos da Escola Municipal Professora Joana Raksa, no bairro Caximba, em Curitiba, Paraná, a partir da constatação de que grande parte dos estudantes nunca havia frequentado uma piscina oficial, tendo aprendido a nadar, quando muito, em rios e cavas do próprio bairro. A iniciativa teve por objetivo oportunizar uma vivência lúdica da natação, priorizando a inclusão e o desenvolvimento integral em detrimento do rendimento esportivo. As aulas ocorreram no Clube da Gente, no bairro Tatuquara, e seguiram uma rotina que exigia dos estudantes autonomia em diferentes etapas, a saber, deslocamento até o clube, banho, troca de roupa, organização dos pertences, participação na aula e retorno à escola. Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com a literatura sobre educação inclusiva, autismo, psicomotricidade e esporte adaptado. Como resultado mais expressivo, descreve-se um caso de um estudante com autismo que, inicialmente muito dependente da genitora, passou ao longo do projeto a demonstrar iniciativas de autocuidado antes não observadas, como trocar de roupa sozinho, cuidar de seus materiais e zelar pela própria higiene. Conclui-se que a democratização do acesso à natação ultrapassa a aprendizagem da técnica esportiva, favorecendo autonomia, protagonismo e sentimento de pertencimento, sem que se perca de vista o caráter pontual do relato e a necessidade de investigações futuras mais sistematizadas sobre o tema.

Palavras-chave: autismo; autonomia; educação inclusiva; natação escolar; psicomotricidade.

Abstract: This article reports and discusses the experience of the "Leia + Esportes Natação" (Read + Swimming Sports) project, carried out between 2023

and 2024 with fourth and fifth grade students at Escola Municipal Professora Joana Raksa, in the Caximba neighborhood of Curitiba, Paraná, Brazil. The initiative arose from the observation that most students had never attended a proper swimming pool, having learned to swim, at most, in rivers and quarry pits in their own neighborhood, and aimed to offer a playful experience of swimming that prioritized inclusion and integral development over athletic performance. Classes took place at Clube da Gente, in the Tatuquara neighborhood, and followed a routine that demanded autonomy from the students at different stages, namely commuting to the club, showering, changing clothes, organizing belongings, participating in class, and returning to school. Theoretically, the study engages with the literature on inclusive education, autism, psychomotor development, and adapted sport. As its most significant outcome, the article describes the case of a student with autism who, initially highly dependent on his mother, began over the course of the project to demonstrate previously unobserved self-care initiatives, such as changing clothes independently, taking care of his own belongings, and attending to his personal hygiene. It is concluded that democratizing access to swimming goes beyond the technical learning of the sport, favoring autonomy, protagonism, and a sense of belonging, without losing sight of the punctual character of this account and the need for further, more systematic research on the subject.

Keywords: autism; autonomy; inclusive education; school swimming; psychomotor development.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à prática esportiva sistemática ainda é, para grande parte dos estudantes da rede pública brasileira, uma experiência distante da realidade cotidiana. A ausência de equipamentos esportivos de qualidade em territórios marcados pela vulnerabilidade social, somada à insuficiência de recursos financeiros das famílias, torna a vivência de modalidades como a natação um privilégio de poucos, restrito a quem pode custear aulas particulares em academias e clubes. Essa realidade não é diferente na Escola Municipal Professora Joana Raksa, no bairro Caximba, em Curitiba, Paraná, onde

um número expressivo de estudantes jamais havia frequentado uma piscina oficial antes do projeto aqui relatado, tendo aprendido a nadar, quando muito, de maneira informal e arriscada, em rios e cavas do próprio bairro.

Esse cenário se agrava quando se observa a situação de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou outras condições. Para esse público, as barreiras de acesso à prática esportiva não se resumem à ausência de infraestrutura ou de recursos financeiros, somando-se a elas dificuldades adicionais de adaptação a ambientes não escolares, a necessidade de apoios específicos e, com frequência, uma histórica dependência de terceiros para a realização de atividades básicas de autocuidado. Tal dependência, embora muitas vezes compreensível diante das características de determinadas condições, pode se converter, quando não trabalhada pedagogicamente, em um obstáculo à construção da autonomia e do protagonismo desses estudantes ao longo da vida escolar e para além dela.

Foi nesse contexto que a Escola Municipal Professora Joana Raksa, em parceria com o Clube da Gente, no bairro Tatuquara, foi contemplada com o projeto pela Secretaria Municipal de Educação, entre 2023 e 2024, o projeto "Leia + Esportes Natação". Direcionada aos estudantes dos quartos e quintos anos, a iniciativa teve como propósito central oportunizar uma vivência lúdica da natação, priorizando a inclusão e o desenvolvimento integral dos participantes, e não o rendimento esportivo. Mais do que ensinar uma modalidade esportiva, o projeto se propôs a construir, por meio de uma rotina

pedagógica cuidadosamente estruturada, situações de aprendizagem que exigissem dos estudantes autonomia em diferentes momentos, entre eles o deslocamento até o clube, o banho, a troca de roupa, a organização dos pertences, a participação efetiva na aula e o preparo para o retorno à escola.

Essa rotina, repetida sistematicamente ao longo dos dois anos de projeto, revelou-se uma ferramenta pedagógica que extrapolava os limites da técnica esportiva, na medida em que, ao exigir que os estudantes se organizassem e cuidassem de si mesmos em um ambiente distinto do escolar, a proposta colocava em jogo habilidades de autocuidado, autorregulação e tomada de decisão dificilmente mobilizadas com a mesma intensidade em sala de aula. Entre os resultados mais expressivos dessa experiência está o caso de um estudante com autismo que, ao ingressar no projeto, apresentava grande dependência da genitora e dificuldades relacionadas a cuidados pessoais, e que, ao longo da rotina, passou a demonstrar iniciativas antes não percebidas pela equipe escolar, como trocar de roupa sozinho, cuidar de seus materiais e zelar pela própria higiene.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral relatar e discutir, à luz da literatura sobre educação inclusiva, autismo, psicomotricidade e esporte adaptado, a experiência do projeto "Leia + Esportes Natação", com especial atenção para os efeitos observados sobre a autonomia e o desenvolvimento motor de estudantes com deficiência, notadamente o caso do estudante com autismo participante da ação. De maneira mais

específica, este trabalho descreve a estrutura pedagógica do projeto, evidenciando de que forma a rotina de aulas favorecia a autonomia dos estudantes, discute os possíveis mecanismos pelos quais a vivência esportiva sistemática contribuiu para os ganhos observados, e reflete criticamente sobre os limites de um relato de experiência dessa natureza.

A relevância deste trabalho articula-se em três planos que se complementam. No plano social, o artigo dá visibilidade a uma iniciativa que buscou democratizar o acesso a uma prática esportiva historicamente restrita a poucos. No plano pedagógico, o relato oferece subsídios para professores e gestores interessados em compreender como práticas esportivas podem ser mobilizadas como ferramentas de desenvolvimento integral, e não apenas como espaço de rendimento técnico. No plano científico, o trabalho busca contribuir para a ainda incipiente literatura brasileira que articula natação escolar, autismo e autonomia.

O artigo está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução, que reúne também, em subtópicos próprios, o referencial teórico que fundamenta a discussão. Na segunda seção, descrevem-se os materiais e métodos do relato de experiência. Na terceira, apresentam-se e discutem-se os resultados observados, com destaque para a rotina como dispositivo pedagógico, as repercussões coletivas da experiência, o caso do estudante com autismo e os limites do relato. Por fim, na quarta seção, tecem-se as considerações finais.

1.1 Políticas públicas e o direito à educação inclusiva no Brasil

A discussão sobre a inclusão de estudantes especiais em práticas esportivas escolares não pode ser dissociada do arcabouço jurídico que, nas últimas décadas, consolidou no Brasil o direito à educação inclusiva. A Constituição de 1988 já estabelecia a educação como direito de todos e dever do Estado, bem como o dever do poder público de fomentar práticas desportivas como direito de cada cidadão, Brasil (1988). Esse fundamento constitucional abriu caminho para instrumentos normativos mais específicos, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 2009, Brasil (2009), que consolidou a concepção social da deficiência, segundo a qual as limitações enfrentadas por essas pessoas resultam menos de suas condições individuais do que das barreiras impostas pelo ambiente. É a partir dessa mudança de paradigma que projetos como o "Leia + Esportes Natação" podem ser lidos não apenas como iniciativas pontuais de caráter esportivo, mas como expressão concreta do direito de estudantes com deficiência a viverem, em igualdade de condições, experiências corporais historicamente negadas a eles.

No mesmo sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasil (2008), reafirmou que o atendimento educacional especializado deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, como complemento e não como substituto da escolarização comum, rompendo com a lógica de segregação que por muito tempo caracterizou o atendimento a estudantes com deficiência no Brasil.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidou ainda mais esse arcabouço, ao estabelecer a obrigatoriedade de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino, Brasil (2015). De maneira mais específica em relação ao caso central deste artigo, a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, reconhece que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, Brasil (2012).

Mantoan (2003) é particularmente incisiva ao afirmar que a inclusão escolar exige uma reestruturação profunda da organização curricular e do trabalho pedagógico das escolas, e não apenas ajustes pontuais ou a criação de espaços paralelos para os estudantes com deficiência. Para a autora, a escola que se pretende inclusiva precisa questionar suas próprias práticas de exclusão e construir formas de trabalho que reconheçam a diferença como constitutiva do processo educativo. Essa perspectiva dialoga diretamente com o desenho do projeto aqui relatado, que, ao deslocar as aulas de natação para fora do espaço escolar e ao estruturar uma rotina que exigia autonomia de todos os estudantes, evitou a criação de um espaço segregado exclusivamente para os estudantes com deficiência, optando por uma vivência coletiva em que as adaptações necessárias eram incorporadas ao fluxo comum da atividade. Essa opção é coerente com o que a Base Nacional Comum Curricular preconiza para a Educação Física, ao situar o esporte como direito de aprendizagem de todos os estudantes, sem distinção, Brasil (2018).

1.2 Autismo, desenvolvimento social e escolarização

O transtorno do espectro autista é caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação e na interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento. Embora as manifestações variem enormemente entre os indivíduos, é frequente que crianças com essa condição apresentem particularidades sensoriais, dificuldades de flexibilidade diante de mudanças de rotina e peculiaridades no desenvolvimento motor e nas habilidades de autocuidado. Bosa (2006) destaca que grande parte dessas dificuldades não decorre exclusivamente de limitações intrínsecas à condição, mas também da ausência de ambientes estruturados e de estratégias pedagógicas adequadas, e que intervenções que oferecem rotinas previsíveis e mediação cuidadosa das interações sociais tendem a favorecer ganhos importantes tanto na comunicação quanto na autonomia funcional. Esse argumento é central para compreender os resultados aqui relatados, uma vez que a rotina das aulas de natação, sempre igual em sua estrutura geral, pode ter oferecido justamente esse tipo de previsibilidade que a literatura associa ao desenvolvimento de crianças autistas.

Camargo e Bosa (2009) alertam que a simples inserção física de estudantes autistas em atividades coletivas não é suficiente para promover ganhos sociais, sendo necessário que essa inserção seja acompanhada por mediação pedagógica intencional. As autoras destacam que a convivência sistemática com pares, em contextos de menor pressão avaliativa

do que a sala de aula tradicional, pode favorecer o alargamento das experiências socializadoras da criança autista, o que parece corresponder ao contexto vivido pelo estudante com autismo no projeto de natação. Já Vygotsky (1997), em sua obra sobre defectologia, argumenta que o chamado defeito primário não determina, de maneira direta, o desenvolvimento da criança, sendo antes a resposta do ambiente social a essa condição que determina as trajetórias possíveis, cabendo à educação construir caminhos alternativos que permitam à criança com deficiência alcançar as mesmas conquistas culturais que as demais, ainda que por vias distintas das convencionais.

1.3 Psicomotricidade, desenvolvimento motor e a construção da autonomia

A psicomotricidade investiga as relações recíprocas entre o psiquismo e a motricidade, compreendendo o movimento humano como expressão integrada de processos cognitivos, afetivos e sociais, Fonseca (2008). Le Boulch (1982) argumenta que o desenvolvimento motor da criança está intimamente relacionado à progressiva conquista de independência em relação ao próprio corpo, de modo que dominar cada vez melhor os próprios movimentos amplia, simultaneamente, a autonomia prática do sujeito, tornando-o menos dependente da mediação constante de adultos. Fonseca (2008) amplia essa discussão ao propor que o desenvolvimento psicomotor envolve também a construção da consciência corporal, base sobre a qual se estruturam habilidades como a organização

espacial e a coordenação de movimentos, todas mobilizadas de maneira intensa na prática da natação, desde o ato de despir e vestir peças de roupa até os movimentos coordenados dos diferentes nados.

A noção de autonomia mobilizada neste artigo dialoga, ainda, com Freire (1996), para quem a construção da autonomia do educando constitui uma das finalidades centrais de qualquer prática educativa comprometida com a emancipação humana. Se, para o autor, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua construção, pode-se afirmar que educar para a autonomia corporal e de autocuidado não é fazer pelo estudante, mas criar as condições para que ele aprenda a fazer por si mesmo. É essa lógica que parece ter orientado a estruturação da rotina do projeto, de modo que, em vez de os adultos realizarem por completo as tarefas de organização e autocuidado dos estudantes, optou-se por uma dinâmica em que os próprios estudantes eram progressivamente convidados e apoiados a realizá-las, ainda que isso ~~exigisse~~demandasse mais tempo e mais paciência pedagógica.

1.4 O esporte e a natação como práticas pedagógicas inclusivas

O esporte, em sua dimensão educativa e não exclusivamente competitiva, constitui um dos campos mais férteis para a promoção da inclusão de estudantes com condições especiais, por oferecer situações de aprendizagem corporal adaptáveis a diferentes capacidades e ritmos. Greguol (2010) destaca que a natação é uma das modalidades mais procuradas por pessoas com deficiência justamente

por oferecer a possibilidade de movimentar-se com maior autonomia do que em ambientes terrestres, uma vez que o empuxo da água reduz o impacto sobre articulações e compensa dificuldades de equilíbrio. Embora o caso central deste artigo envolva uma condição do neurodesenvolvimento, e não uma deficiência motora, essa reflexão sobre o potencial da água como meio facilitador da autonomia de movimento ajuda a compreender por que a natação pôde se converter em um espaço privilegiado de conquistas para os estudantes especiais participantes do projeto.

Essa leitura encontra respaldo em produção mais recente. Van 't Hooft *et al.* (2024), em revisão sistemática sobre intervenções aquáticas para crianças com TEA, reuniram evidências de que programas estruturados nesse meio favorecem ganhos motores e reduzem comportamentos característicos do espectro autista, destacando que a estrutura fixa e previsível das sessões, e não apenas a imersão em si, parece ser um dos componentes centrais da eficácia observada, o que dialoga diretamente com a centralidade atribuída à rotina no projeto aqui relatado. Güeita-Rodríguez *et al.* (2021) relatam, em estudo de métodos mistos, ganhos em competência social e qualidade de vida percebida tanto pelas crianças quanto por seus responsáveis, reforçando que os efeitos de práticas aquáticas estruturadas se estendem para além do domínio motor.

Além das especificidades do meio aquático, a estrutura da natação escolar comporta rotinas e rituais corporais, como o banho, a troca de roupa e a

organização dos pertences, que a diferenciam de outras práticas realizadas inteiramente no espaço escolar. Essas rotinas constituem oportunidades pedagógicas valiosas para o desenvolvimento da autonomia, sobretudo quando compreendidas intencionalmente como parte do processo formativo, e não apenas como etapas burocráticas. A dimensão social e comunitária do esporte como fator de inclusão também merece atenção, pois, ao integrar estudantes de uma escola pública em vulnerabilidade social às atividades de um clube da comunidade, o projeto promoveu a aproximação entre a escola pública e espaços sociais historicamente restritos a poucos, aproximação que parece ter produzido efeitos capazes de alcançar as famílias e a comunidade escolar como um todo.

Em síntese, o referencial apresentado nesta introdução permite compreender o projeto "Leia + Esportes Natação" a partir de uma tripla articulação, a saber, como expressão concreta de um direito à educação inclusiva juridicamente amparado, Brasil (1988, 2008, 2009, 2012, 2015, 2018) e Mantoan (2003), como intervenção pedagógica favorável ao desenvolvimento social de estudantes com autismo, Bosa (2006) e Camargo e Bosa (2009) e Vygotsky (1997), e como prática corporal capaz de mobilizar processos psicomotores associados à construção da autonomia, Le Boulch (1982), Fonseca (2008), Freire (1996), Greguol (2010), Güeita-rodríguez *et al.*, (2021) e Van 't hooft *et al.*, (2024). É a partir dessa articulação teórica que se buscará, nas seções seguintes, descrever e discutir os procedimentos

metodológicos e os resultados observados ao longo da experiência.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da pesquisa

O presente artigo caracteriza-se como um relato de experiência, modalidade de produção acadêmica que se propõe a descrever, sistematizar e refletir criticamente sobre uma vivência pedagógica concreta, articulando-a a um referencial teórico que permita compreendê-la para além de sua dimensão descritiva. Diferentemente de uma pesquisa de caráter experimental, o relato de experiência não tem por finalidade testar hipóteses nem produzir generalizações estatísticas, mas oferecer uma descrição fundamentada de uma prática, de modo a contribuir para o debate acadêmico.

O projeto "Leia + Esportes Natação" não foi concebido, em sua origem, como uma pesquisa científica formal, mas como uma iniciativa pedagógica desenvolvida por professores da rede pública, em parceria com um clube da comunidade. A sistematização dessa experiência em formato de relato acadêmico ocorreu, portanto, a posteriori, a partir da observação e do registro dos educadores diretamente envolvidos, o que impõe limites metodológicos discutidos com maior profundidade na subseção 3.4, mas não retira do relato seu valor formativo.

2.2 Área de Estudo e Público alvo

O projeto foi desenvolvido nos anos de 2023 e 2024 com estudantes do quarto e quinto anos da Escola Municipal Professora Joana Raksa, no bairro Caximba, em Curitiba, Paraná, vinculada ao Núcleo Regional de Educação Tatuquara. A escolha desse recorte etário, estudantes de nove a onze anos, justifica-se tanto por razões pedagógicas quanto pela viabilidade operacional do projeto, considerando a logística de deslocamento e a disponibilidade de vagas junto ao clube parceiro.

A comunidade atendida pela escola caracteriza-se por expressiva vulnerabilidade social, o que se reflete diretamente na relação dos estudantes com a natação, pois a maior parte deles nunca havia frequentado uma piscina oficial, tampouco possuía condições financeiras para custear aulas em academias ou clubes privados, tendo aprendido a nadar, quando muito, em rios e cavas do próprio bairro, sem as condições de segurança e supervisão profissional necessárias.

Entre os estudantes participantes, destaca-se, para os fins deste artigo, o caso de um estudante com diagnóstico de autismo, cuja trajetória constitui o principal resultado analisado na seção seguinte. Antes de ingressar no projeto, esse estudante apresentava, segundo relato da equipe escolar, grande dependência da genitora e dificuldades relacionadas a cuidados pessoais, características compatíveis com o que a literatura da área descreve como comum entre crianças com essa condição, Bosa (2006). Por razões de ética em pesquisa e de proteção de dados de um menor de idade, optou-se por não identificar o

estudante nem detalhar informações que pudessem comprometer seu anonimato.

2.3 Metodologia da pesquisa

As aulas de natação ocorreram no Clube da Gente, no bairro Tatuquara, distinto do bairro de origem da escola, o que exigiu a organização de transporte escolar para o deslocamento dos estudantes. O fato de a intervenção ocorrer fora do espaço escolar constitui um elemento central para a compreensão dos resultados discutidos neste artigo, pois impôs aos estudantes a necessidade de se adaptarem a um ambiente novo, com rotinas e figuras de referência distintas das habituais no cotidiano escolar.

Metodologicamente, os encontros seguiam uma rotina fixa, repetida ao longo de todo o período do projeto e estruturada em nove etapas sucessivas, a saber, deslocamento de ônibus da escola até o clube, banho antes do ingresso na piscina conforme protocolo sanitário do próprio estabelecimento, troca de roupa para as vestimentas adequadas à natação, organização dos pertences pessoais em local designado, participação efetiva na aula conduzida por profissionais do clube com apoio dos educadores da escola, novo banho ao término da atividade, troca de roupa com substituição das vestimentas molhadas pelo uniforme escolar, organização da roupa molhada para transporte de volta à escola e, por fim, preparo e embarque para o retorno de ônibus até a unidade educacional.

Cada uma dessas etapas demandava dos estudantes diferentes níveis de autonomia e

organização pessoal, sendo executadas, na medida do possível, sem que os adultos responsáveis realizassem as tarefas em lugar dos estudantes. Nos casos de estudantes especiais, como o do estudante com autismo aqui discutido, os educadores ofereciam apoio individualizado, adaptando o nível de mediação de acordo com as necessidades observadas, mas sempre buscando favorecer, progressivamente, a realização autônoma das tarefas. Essa postura de apoio decrescente é coerente com o que a literatura da educação inclusiva recomenda para a promoção da autonomia de estudantes com deficiência, evitando tanto a exposição a demandas incompatíveis com suas possibilidades quanto a manutenção de dependência superior ao necessário, Mantoan (2003), Camargo e Bosa (2009).

A observação dos resultados relatados neste artigo foi realizada pelos próprios educadores, a partir do acompanhamento sistemático dos estudantes ao longo dos dois anos de atividades. Não foram utilizados instrumentos padronizados de avaliação psicológica ou motora, tampouco escalas validadas de autonomia, o que situa este trabalho no campo qualitativo do relato de experiência, limitação retomada na subseção 3.4.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A rotina como dispositivo pedagógico de autonomia

Um dos achados mais expressivos deste relato diz respeito ao papel desempenhado pela rotina estruturada das aulas na promoção da autonomia dos estudantes, independentemente de

suas condições. A observação continuada dos educadores evidenciou que os momentos que antecediam e sucediam a prática esportiva propriamente dita, o deslocamento, o banho, a troca de roupa, a organização dos pertences, constituíam, eles próprios, um campo fértil de aprendizagens, muitas vezes tão significativo quanto a aprendizagem dos movimentos natatórios.

Essa constatação está em consonância com a literatura da psicomotricidade sobre a relação entre o domínio prático do próprio corpo e a construção da autonomia funcional, Le Boulch (1982) e Fonseca (2008), pois, ao repetir semana após semana uma sequência estruturada de tarefas simples, como despir e vestir uma peça de roupa ou guardar um pertence em local designado, os estudantes consolidavam habilidades de organização pessoal raramente trabalhadas de maneira tão sistemática no contexto escolar tradicional. É plausível supor que a força pedagógica da rotina não residia apenas na natação em si, mas na repetição regular de ações que, realizadas de forma cada vez mais independente, produziam ganhos cumulativos de autonomia.

Essa rotina se desenvolvia em um ambiente distinto do escolar, o que parece ter ampliado seu potencial formativo, pois, em um clube da comunidade, os estudantes não contavam com a mesma estrutura de apoio constante disponível na escola, o que exigia deles um nível mais elevado de iniciativa. Essa mudança de contexto, embora não planejada como estratégia deliberada para a promoção da autonomia, funcionou, na prática, como um dispositivo favorável a essa finalidade,

corroborando a compreensão de Vygotsky (1997) de que o desenvolvimento de crianças com condições especiais depende, em grande medida, das possibilidades oferecidas pelo ambiente social e cultural em que estão inseridas. Com o passar das semanas, observou-se uma progressiva diminuição da necessidade de apoio direto dos adultos, à medida que os estudantes internalizavam a sequência de etapas e passavam a executá-las com maior segurança.

3.2 Repercussões coletivas: entusiasmo, pertencimento e protagonismo

Para além dos efeitos individuais, o projeto produziu repercussões que alcançaram a comunidade escolar como um todo. A oferta da modalidade foi recebida com grande entusiasmo pelos estudantes, pelas famílias e pela comunidade escolar em geral, entusiasmo que pode ser compreendido, à luz do referencial apresentado, como reflexo direto da raridade da oportunidade oferecida, uma vez que, para uma comunidade em que o acesso a uma piscina oficial era, até então, inacessível para a maioria das famílias, a possibilidade de os filhos vivenciarem semanalmente uma prática esportiva estruturada representou uma ruptura considerável em relação à realidade cotidiana.

Esse entusiasmo coletivo pode ser lido como indicativo de um processo mais amplo de fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade escolar, ao proporcionar aos estudantes o acesso a um espaço socialmente valorizado, historicamente associado a segmentos sociais com

maior poder aquisitivo. Um segundo aspecto relevante foi o reconhecimento do potencial esportivo de alguns estudantes por parte dos profissionais do próprio clube, que convidaram alguns participantes a integrar o treinamento de natação oferecido regularmente pela instituição, desdobramento que ilustra como uma iniciativa voltada à inclusão pode também abrir caminhos concretos de continuidade esportiva.

Do ponto de vista da autoestima, é razoável supor, com base no referencial da psicomotricidade e da pedagogia da autonomia, Fonseca (2008) e Freire (1996), que a experiência de dominar progressivamente uma modalidade até então desconhecida, e de ser reconhecido por essa conquista pelos colegas, pela família e pelos profissionais do clube, tenha contribuído para o fortalecimento da autoimagem dos estudantes participantes, incluindo os estudantes com deficiência, ainda que este relato não tenha incluído instrumentos formais de avaliação nesse sentido, limitação já apontada e retomada na subseção 3.4.

3.3 O caso do estudante com autismo: da dependência à autonomia

Entre todos os resultados observados, o caso do estudante com autismo participante da ação constitui o achado mais expressivo e o que melhor ilustra o potencial de uma prática esportiva sistemática como ferramenta de desenvolvimento da autonomia em estudantes especiais, razão pela qual se dedica a este caso uma análise mais detida.

Segundo relato da equipe escolar, esse estudante apresentava, no início de sua participação, grande dependência da genitora e dificuldades relacionadas a cuidados pessoais, características que encontram respaldo na literatura sobre autismo, que descreve como comuns, entre crianças com essa condição, dificuldades em tarefas de autocuidado, sobretudo quando envolvem sequências complexas de ações ou mudanças em relação a rotinas estabelecidas, Bosa (2006). Essa dependência exigia apoio constante de adultos, em especial da mãe, para atividades básicas como trocar de roupa e cuidar da própria higiene.

Ao longo da rotina proporcionada pelo projeto, esse quadro começou a se transformar, pois os educadores relatam que o estudante passou a demonstrar iniciativas antes não percebidas, como trocar de roupa sozinho, cuidar de seus materiais e zelar pela própria higiene, comportamentos consistentemente observados pela equipe ao longo dos encontros semanais, a ponto de serem destacados espontaneamente como um dos resultados mais expressivos da iniciativa.

Essa transformação pode ser compreendida a partir de três chaves interpretativas complementares. A primeira relaciona-se à noção de rotina estruturada e previsível como fator facilitador do desenvolvimento de crianças com autismo, Bosa (2006), já que, diferentemente do cotidiano escolar convencional, cuja dinâmica varia de um dia para o outro, as aulas de natação seguiam sempre a mesma sequência de etapas, o que tende a reduzir a ansiedade frequentemente associada a mudanças e

imprevisibilidades. A segunda relaciona-se à noção de compensação e vias alternativas de desenvolvimento proposta por Vygotsky (1997), sendo plausível supor que a rotina de autocuidado vivida no contexto lúdico das aulas, associada a uma atividade desejada pelo estudante, tenha funcionado como via alternativa de desenvolvimento. A terceira relaciona-se à relação, já discutida na subseção 1.3, entre domínio corporal e autonomia funcional, Le Boulch (1982) e Fonseca (2008), na medida em que a repetição de ações como despir e vestir roupas e organizar pertences permitiu ao estudante desenvolver esquemas motores que parecem ter se estendido a outros contextos de sua vida cotidiana.

Essa transformação, porém, não deve ser lida como resultado de um único fator isolado, desconsiderando-se outras variáveis que podem ter contribuído para os ganhos observados, como o desenvolvimento maturacional do estudante, eventuais intervenções terapêuticas concomitantes, das quais este relato não dispõe de informações sistematizadas, e a própria mediação pedagógica oferecida pelos educadores. Reconhecer essa multiplicidade de fatores não diminui o valor do relato, mas o situa de maneira mais responsável, evitando conclusões causais que a natureza qualitativa e não controlada deste estudo não permite sustentar. Ainda assim, os ganhos de autonomia acompanharam temporalmente a participação do estudante no projeto e guardam coerência com o referencial teórico apresentado, o que já é, por si só, um resultado relevante do ponto de vista pedagógico e social, um indício consistente que aponta um

caminho promissor para investigações futuras, ainda que careça de validação mais rigorosa.

3.4 Limites do relato e perspectivas para estudos futuros

O presente relato apresenta limitações metodológicas importantes, que devem ser reconhecidas para que os resultados sejam interpretados com a devida cautela. Trata-se, antes de tudo, de um estudo qualitativo, baseado na observação dos educadores diretamente envolvidos, sem instrumentos padronizados de avaliação motora, psicológica ou de autonomia funcional, o que impede o estabelecimento de relações causais entre a participação no projeto e os ganhos observados, restringindo a análise a associações plausíveis, fundamentadas teoricamente, mas não comprovadas empiricamente segundo os critérios de estudos experimentais.

O relato concentra-se, além disso, em um único caso de estudante com autismo, o que não permite qualquer generalização estatística, já que a literatura é enfática ao afirmar que as manifestações do autismo e as respostas de cada criança a intervenções pedagógicas variam enormemente, Bosa (2006), Camargo e Bosa (2009). O delineamento do estudo, por fim, não permite o controle de variáveis concomitantes, como o desenvolvimento maturacional do estudante ou mudanças na dinâmica familiar, e a ausência de um grupo de comparação limita de forma considerável a possibilidade de atribuição causal dos ganhos

observados especificamente à participação nas aulas de natação.

Reconhecidas essas limitações, é possível afirmar que o presente relato cumpre uma função relevante no campo da educação inclusiva, a de sistematizar e dar visibilidade a uma experiência pedagógica concreta, oferecendo hipóteses interpretativas que podem orientar investigações futuras mais rigorosas, como estudos de caso múltiplos, com maior número de estudantes com deficiência, a utilização de instrumentos padronizados de avaliação aplicados antes e depois da intervenção e, na medida do possível, grupos de comparação que permitam maior segurança na atribuição dos ganhos às práticas esportivas investigadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como propósito relatar e discutir, à luz de um referencial teórico consistente, a experiência do projeto "Leia + Esportes Natação", desenvolvido entre 2023 e 2024 com estudantes dos quartos e quintos anos da Escola Municipal Professora Joana Raksa, em Curitiba, Paraná, com especial atenção para os efeitos observados sobre a autonomia e o desenvolvimento motor de estudantes com deficiência, notadamente o caso de um estudante com autismo participante da ação.

Buscou-se demonstrar que a democratização do acesso à natação, para estudantes de uma comunidade marcada pela vulnerabilidade social, ultrapassa a dimensão da aprendizagem técnica da modalidade esportiva, pois a rotina estruturada que

caracterizou o projeto revelou-se um dispositivo pedagógico potente para a mobilização de habilidades de autocuidado e de autonomia, corroborando o que a literatura da psicomotricidade e da pedagogia da autonomia apontam sobre a relação entre domínio corporal, prática situada e independência funcional, Le Boulch (1982), Fonseca (2008) e Freire (1996).

O caso do estudante com autismo, analisado com maior profundidade na subseção 3.3, ilustra de maneira particularmente expressiva esse potencial, já que a transição observada, de uma condição inicial de grande dependência da genitora para a demonstração de iniciativas autônomas de autocuidado, embora não possa ser atribuída de maneira causal e exclusiva à participação no projeto, dado o caráter qualitativo deste relato, oferece indícios relevantes sobre o potencial de práticas esportivas estruturadas como estratégia complementar no desenvolvimento de autonomia de crianças com essa condição, Bosa (2006), Camargo e Bosa (2009) e Vygotsky (1997).

Para além do caso individual, o projeto produziu repercussões que alcançaram a comunidade escolar como um todo, manifestas no entusiasmo de estudantes, famílias e profissionais envolvidos, e no reconhecimento, pelo próprio clube parceiro, do potencial esportivo de alguns participantes, repercussões que reforçam a compreensão de que iniciativas como essa contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento de comunidades escolares historicamente afastadas de espaços esportivos valorizados socialmente.

Do ponto de vista das políticas públicas, este relato reafirma a relevância de iniciativas que busquem efetivar, na prática cotidiana das escolas, o arcabouço legal que assegura a estudantes especiais o direito a uma educação inclusiva e de qualidade, Brasil (1988, 2008, 2009, 2012, 2015, 2018) e Mantoan (2003). A parceria entre a escola pública e um clube da comunidade ilustra um caminho possível para a superação de barreiras historicamente impostas ao acesso de estudantes em vulnerabilidade social a modalidades esportivas como a natação.

O caráter pontual deste relato merece ser reafirmado. O caso do estudante com autismo constitui um indício relevante de que a natação pode favorecer a autonomia de crianças especiais, não uma prova de sua eficácia geral, de modo que apenas investigações futuras, com delineamentos mais rigorosos, poderão testar essa hipótese com o rigor que um único caso não permite. Espera-se, com este artigo, contribuir para o debate acadêmico sobre a articulação entre educação inclusiva, autismo, psicomotricidade e esporte adaptado, reafirmando que experiências como o projeto "Leia + Esportes Natação" cumprem um papel importante ao aproximar a escola pública de práticas esportivas historicamente restritas a poucos, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o direito à cidadania plena de estudantes em condição de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. 47-53, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GREGUOL, Márcia. Natação adaptada: em busca do movimento com autonomia. Barueri: Manole, 2010.

GÜEITA-RODRÍGUEZ, Juan; OGONOWSKA-SLODOWNIK, Anna; MORGULEC-ADAMOWICZ, Natalia; MARTÍN-PRADES, María Luz; CUENCA-ZALDÍVAR, Juan Nicolás; PALACIOS-CEÑA, Domingo. Effects of aquatic therapy for children with autism spectrum disorder on social competence and quality of life: a mixed

methods study. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 18, n. 6, p. 3126, 2021.

LE BOULCH, Jean. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até os 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

VAN 'T HOOFT, Patty; MOEIJES, Janet; HARTMAN, Catharina; VAN BUSSCHBACH, Jooske; HARTMAN, Esther. Aquatic interventions to improve motor and social functioning in children with ASD: a systematic review. Review Journal of Autism and Developmental Disorders, 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. Obras escogidas V: fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997.